



ANAIS FÓRUM INTEGRADO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

ISSN 2237-7638

v. 1, n. 1/2011



**FACULDADES
SANTO AGOSTINHO**

ANAIS FÓRUM INTEGRADO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

Organizadora
Simarly Maria Soares



**FACULDADES
SANTO AGOSTINHO**

ISSN 2237-7638

Anais Fórum Integrado de
Ensino, Pesquisa e Extensão

Volume 1, número 1/2011

Montes Claros



EXPEDIENTE

Instituto Educacional Santo Agostinho

Diretor

Professor Ms. Antônio Eugênio Silva

Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão

Coordenadora Geral da Copex

Prof^a Ms. Simarly Maria Soares

Coordenadora de Ensino

Prof^a Esp. Tilde Miranda Sarmento

Organização do Anais

Simarly Maria Soares

Diagramação/ Editoração gráfica

Maria Rodrigues Mendes

Sumário

A importância econômica da Unidade de Beneficiamento do Coko de Macaúba para pequenas comunidades norte mineiras.....	7
Compreender se o investimento em clima organizacional gera produtividade e qual o peso da motivação no ambiente de trabalho.....	8
A importância da educação corporativa em instituições de ensino superior – Estudo de Caso – Setor Tesouraria.....	9
Receptividade da população atendida pelo Programa de Ação Social das Faculdades Santo Agostinho – Programa Ensino Responsável realizado na praça Doutor Carlos na cidade de Montes Claros/MG.....	11
Políticas de crédito, vendas e financiamentos de produtos agrícolas para produtores da região Norte de Minas.....	13
ICMS substituição tributária – Um estudo de caso em micro e pequenas empresas no ramo de autopeças e construção civil na cidade de Montes Claros – MG.....	14
Irrigações automatizadas de hortas e jardins.....	15
A teoria geral da prova no novo Código de Processo Civil.....	17
A proteção penal do bem jurídico penal ambiental.....	19
A nova família a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal.....	21
Breves reflexões sobre as conclusões da Rio+20.....	23
A institucionalização dos métodos de resolução de controvérsias no novo Código de Processo Civil: solução ou paliativo?.....	25
A proteção aos animais domésticos no âmbito do Projeto do Novo Código Penal.....	27
Análise dos casos de leishmaniose visceral em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.....	28

Perfil epidemiológico das mortes por causas externas em adolescentes no Município de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.....	29
Análise dos óbitos neonatais em Francisco Sá, Minas Gerais, Brasil.....	30
Casos notificados da dengue em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.....	31
Análise das internações por doenças circulatórias em Montes Claros – Minas Gerais, Brasil.....	33
Benefícios da terapia tópica utilizando a papaína: uma revisão integrativa da literatura.....	35
Revisão bibliográfica: utilização da calagem para higienização de lodo de esgoto.....	36
Caracterização ambiental do córrego Pai João pós período de intensa seca.....	38
Caracterização do curso hídrico Mãe D’água, Olhos D’água/MG.....	39
Análise quantitativa do córrego das Lajes em Miralta – Montes Claros/MG.....	41
Aplicação do sensoriamento remoto para estimar a perda de solos por erosão laminar.....	42
Construção de aquecedor solar usando materiais reciclados.....	44



Apresentação

O I Fórum Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão das Faculdades Santo Agostinho, promovido pela Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (COPEX), reúne docentes e discentes e caracteriza-se como veículo de disseminação do conhecimento, visando permitir a divulgação e o intercâmbio de ideias em diferentes áreas do conhecimento.

O Instituto Educacional Santo Agostinho sempre teve como missão incentivar e fomentar a pesquisa no meio acadêmico, bem como sua divulgação. Com esse intuito o evento foi planejado como uma oportunidade para estreitar as ações que compõem os pilares de uma Instituição de Ensino superior e fomentam o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

Inicialmente, em sua Primeira edição, foi um evento exclusivo aos discentes e docentes do Instituto Educacional Santo Agostinho e, de imediato, percebeu-se o potencial e interesse de pesquisadores externos, tendo em vista a qualidade dos trabalhos apresentados. Dessa forma, o Fórum entrou para o calendário do Instituto Educacional Santo Agostinho.

Salienta-se que a discussão de temas em diversas áreas do conhecimento é um desafio do Fórum. Todavia, constitui uma necessidade e demanda emergente, tendo em vista a prática vivenciada por docentes e discentes que fazem parte da dinâmica social da Instituição. Os Anais trazem resumos dos trabalhos apresentados no evento, resultados de pesquisas e projetos.

O I Fórum teve o mérito de contribuir para a melhoria do ensino, da extensão e da disseminação da cultura da pesquisa na Instituição. E, ainda reafirmou o compromisso que consta na missão que é de propiciar uma sólida formação humanística, ética, interdisciplinar e prática.

É importante destacar que foi imprescindível a atuação coletiva na organização deste evento, que contou com a participação de docentes, discentes e corpo técnico administrativo.

Profa. Ms. Simarly Maria Soares
Coordenadora Geral da COPEX



A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DO COCO DE MACAÚBA PARA PEQUENAS COMUNIDADES NORTE MINEIRAS

Carlos Vinicius Brito e Cardoso, João Gabriel Santos Rego, Pedro Rafael de Moura Santos

RESUMO

Os objetivos deste trabalho foram realizar um estudo de caso numa agroindústria rural processadora de frutos do cerrado enfocando aspectos relacionados à captação do fruto *in natura* e a comercialização do produto industrializado.

O estudo foi desenvolvido na UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DO COCO MACAUBA (UBCM) localizada na comunidade de Riachão, em Montes Claros, que processa coco de macaúba adquirido de agricultores da própria região e de regiões próximas como Mirabela, Coração de Jesus e Brasília de Minas. Há um aproveitamento do coco de macaúba na fabricação de sabão, sabonete e óleo com finalidades cosmética e comestível, sendo os resíduos destinados à fabricação de ração.

Verificou-se que a análise de viabilidade do empreendimento deve levar em consideração aspectos ecológicos através da preservação das espécies nativas do cerrado e sociais através da geração de renda para comunidade local, que em sua maioria depende da UBCM para o seu sustento e diminuição do êxodo rural. Além de uma análise puramente econômica uma vez que há forte presença de subsídios à agroindústria estudada.

Pôde-se identificar que com a aquisição de máquinas melhores e um treinamento adequado aos colaboradores da parte produtiva e a qualificação do pessoal do setor administrativo a produção poderia ser aumentada, com isso a parceria com empresas como a FERTIBOM poderia ser concretizada e atendida sem risco ou transtornos e consequentemente o retorno financeiro seria maior, podendo ser empregado na melhora da UBCM.



COMPREENDER SE O INVESTIMENTO EM CLIMA ORGANIZACIONAL GERA PRODUTIVIDADE E QUAL O PESO DA MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Claudio Roberto Silva Oliveira, Dimy Karter Oliveira Sales, Samantha Stephamie Soares Garcia, Igor Moisés Lopes Oliveira, Fabiana P. Mori.

INTRODUÇÃO: Atualmente as empresas buscam a valorização do capital intelectual, mas para que se alcance esse valor intangível dentro da organização, é necessária antes, a valorização de seu capital humano. O clima organizacional é um dos principais fatores que influenciam a permanência de um funcionário dentro da organização, que envolve o nível de satisfação e o envolvimento do colaborador com o sistema organizacional. Senão, a resposta virá no resultado de sua produtividade, desperdício de materiais, dificuldade na relação interpessoal e interdepartamental, perda de capital Intelectual (CI), de lucratividade, de envolvimento organizacional. É, em contrapartida, nesse sentido que a motivação vem sendo trabalhada. A questão é como motivá-los? Tendo em vista que cada indivíduo é movido por necessidades diferentes. **OBJETIVO:** deste artigo é identificar as necessidades do colaborador e fornecer informações suficientes para criar um ambiente favorável no sistema organizacional. **MÉTODOS:** o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, através de revisão e confronto de dados, para forma um entendimento sobre o tema. **RESULTADO:** Dentro deste contexto, e baseado na pirâmide de Maslow essas necessidades são: necessidades de reconhecimento, confiança, tomada de decisões, respeito dos gestores, salário dentre os demais. O desafio do gestor é justamente saber aplicar técnicas motivacionais que estimulem o desenvolvimento de autoconfiança em seus colaboradores, um bom clima organizacional traz benefícios para os colaboradores e alta lucratividade para a organização. **CONCLUSÃO:** logo, o ambiente organizacional que tenha um nível de satisfação favorável traz ganhos de produtividade, retenção e captação de novos talentos, reduz o nível de *turn over* e *absenteísmo* e suas peculiaridades. Tornou-se um importante meio para estabelecer ferramentas gerenciais que visem melhorar o nível de relacionamento entre gestores e colaboradores dentro da organização.



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ESTUDO DE CASO - SETOR TESOUREARIA

Cristiane Xavier Aguiar, Karen Tôrres Corrêa Lafetá de Almeida

INTRODUÇÃO: Com a crescente globalização há necessidade de mudanças constantes nas organizações. O mercado exige cada vez mais que talentos sejam desenvolvidos e que as organizações invistam na capacitação profissional de seus colaboradores. Faz-se necessário moldar o perfil de cada profissional para que ele atenda às exigências dos cargos. Surge dessa forma, a universidade corporativa com objetivo de capacitar equipes de colaboradores utilizando ferramentas de treinamento e desenvolvimento. É sobre esse tema que este trabalho pretende tecer considerações: A importância da Educação Corporativa em Instituições de Ensino Superior. **OBJETIVO:** Identificar quais são os treinamentos necessários à capacitação dos colaboradores relacionados às tarefas desenvolvidas pelo setor de tesouraria de uma instituição de ensino superior. **MÉTODOS:** A partir dos problemas expostos neste trabalho e na busca de atingir os objetivos deste foram realizadas pesquisas bibliográficas e investigações que possibilitassem novas descobertas. Foi analisada a visão de vários autores através da leitura de artigos, sites eletrônicos e livros. Além da pesquisa bibliográfica foi feita uma comparação de casos de outras empresas que já se utilizam da Educação Corporativa. Foi realizada pesquisa de campo utilizando-se de um questionário, para coleta de dados, aplicado aos colaboradores do referido setor. Um outro instrumento que serviu de base para o desenvolvimento desse estudo foi o diagnóstico organizacional realizado durante o estágio na empresa. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa qualitativa e através da observação direta. A metodologia que se baseou o trabalho é a descritiva que tem como real objetivo descrever através de observações os procedimentos do cotidiano



e obter com presteza informações da área. **RESULTADO:** Após a coleta e tabulação dos dados foram analisadas as informações obtidas a fim de fazer conclusões acerca do problema em questão. A análise dos questionários permitiu identificar a insuficiência e inadequação dos treinamentos. Diagnosticou-se também que grande parte dos colaboradores desconhecia a política da empresa, sua missão e valores evidenciando a não integração entre empresa e colaborador. Assim, foi proposto aos gestores um projeto para implementação da Educação Corporativa na empresa abordando os objetivos a serem seguidos, as metas a serem alcançadas, a análise dos resultados e a resolução dos problemas identificados. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, pois, que a partir da implantação de uma universidade corporativa, pode-se, através de ferramentas de desenvolvimento e treinamento, criar uma equipe de trabalho preparada para desenvolver com eficiência e eficácia as atividades da mesma.



**RECEPTIVIDADE DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO
PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL DAS FACULDADES
SANTO AGOSTINHO - PROGRAMA ENSINO
RESPONSÁVEL REALIZADO NA PRAÇA DOUTOR
CARLOS NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG**

Euzébio José Pereira Nobre, Anna Caroliny Arruda Pereira, Reinilson Ferreira Gonçalves, Giovanni Fernandes Da Cunha, Cristiano Barbosa.

INTRODUÇÃO: Em termos teóricos a ciência da administração recomenda que toda ação de responsabilidade social deve ser bem planejada para que gere efeito desejado. Contudo, alguns fatores externos podem interferir de forma negativa por não serem controlados pela organização. Considerando que parcela da população brasileira tem entrado em dificuldades financeiras decorrentes de descontrole orçamentário, o curso de Administração das Faculdades Santos Agostinho optou por orientar a população no sentido de controle de despesas e elaboração de orçamento familiar na ação social – ensino responsável realizada no dia 29-09-2012. **OBJETIVO:** avaliar a receptividade da população atendida pelo programa de ação social do Curso de Administração das Faculdades Santo Agostinho. **MÉTODOS:** foi realizado um estudo de caso através da pesquisa qualitativa e descritiva. Utilizou da observação participante e entrevista não estruturada. A amostra foi constituída pela população presente na Praça Dr. Carlos, na cidade de Montes Claros/MG, no dia 29-09-2012. Ela foi constituída via método de acessibilidade, não probabilista e intencional. Os dados foram coletados no período das 08:00hs. às 13:00hs. durante o evento – Ensino Responsável. **RESULTADOS:** a pesquisa revelou que fatores como a realização da ação social em data de campanha política fez com que a população não se portasse de modo receptivo. 33% da população abordada disseram não ter interesse em receber a orientação disponibilizada pelo Curso, por acreditar que se tratava de evento político. 66% se recusaram a efetuar a simulação de gastos familiares e receber a orientação completa quanto a controle



de despesas. 33% foram receptivos em receber todas as orientações disponibilizadas pelo curso. A pesquisa identificou que parcela dos descontroles financeiros está vinculada com problemas familiares, aspectos emocionais e relacionamento entre os membros da família. 33% da população atendida demonstraram desconhecimento de direitos de consumidor - troca de mercadorias, recebimento de notas fiscais. Além disso, revelou desconhecimento quanto à cobrança de juros por parte de instituições financeiras e direito de revisão de contrato de financiamento. **CONCLUSÃO:** a conclusão parcial a que se chegou foi a de que a população foi afetada por elementos externos, alheios ao controle da entidade que realizou a ação social. Parcela significativa apresentou problemas familiares, emocionais e de inter relacionamento com justificativa para o endividamento, assim como desconhecem direitos do consumidor.



POLÍTICAS DE CRÉDITO, VENDAS E FINANCIAMENTOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS PARA PRODUTORES DA REGIÃO NORTE DE MINAS

CARMO, Evandro Gonçalves do; FIGUEIRÔA, Michelle Teixeira; SOUZA, Lourivaldo Gonçalves; CARDOSO, Ana Paula; SEIXAS, Karen Jordana Rodrigues; BARROS, Ricardo Carvalho de;

INTRODUÇÃO: O presente artigo tem como principal objetivo ilustrar e apresentar as vendas e os tipos de créditos concedidos na aquisição de tratores e implementos agrícolas para os pequenos, médios e grandes produtores rurais da região de Montes Claros – Minas Gerais que queiram expandir e melhorar seus negócios através desses investimentos. **OBJETIVO:** A visão geral busca apresentar como são realizadas e os processos necessários para aquisição desses produtos, identificando também as melhores as taxas de juros, maior carência, documentação necessária e produtos aceitos para financiamento de uma forma geral, buscar qual ou quais são as melhores formas de negociação. **MÉTODO:** Dentro desse segmento foi escolhida a empresa SISTEMIG IRRIGAÇÃO para realização de pesquisa de campo e pesquisa descritiva a mesma trabalha com vendas diretas para o cliente e auxilia com os projetos para financiamento à bancos como o DLL, que em parceria com a YANMAR AGRITECH concede aos produtores rurais financiamentos para a compra de tratores e implementos agrícolas entre outros, além de possuir uma parceria com o Governo Federal através do programa MAIS ALIMENTOS que concede financiamento aos pequenos produtores rurais, consórcio entre produtores, financiamento por outros bancos e também vendas através da loja. **CONCLUSÃO:** Ao final deste artigo o produtor rural ou Administrador Agrícola será capaz de perceber quais as políticas de créditos existentes no mercado para o segmento de tratores e implementos agrícolas e quais as melhores formas de negociação existentes traçando paralelos entre preços, produto, qualidade de produto bem como prazos para pagamento.



ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – UM ESTUDO DE CASO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO RAMO DE AUTOPEÇAS E CONTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE MONTES CLAROS - MG

Ricardo Carvalho de Barros, Gustavo Mameluque, Magna Lenise Flores da Mota

RESUMO

Objetivou-se com este trabalho discutir aspectos do regime de recolhimento de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) através do sistema de Substituição Tributária (ST), analisando-se problemas existentes e seu impacto no capital de giro das empresas. Foram realizadas entrevistas com quatro empresários nos setores de autopeças e construção civil, obtendo-se ainda cópias de notas nas referidas empresas para exemplificar o tema, resguardando-se o contribuinte. O regime de recolhimento antecipado de ICMS-ST anula os efeitos benéficos do Simples Nacional ao tornar iguais a tributação nessa modalidade independente do regime tributário adotado pela empresa, visto que o ICMS/ST não foi contemplado pelo regime simplificado de tributação. Do ponto de vista da gestão, exige planejamento cuidadoso em relação aos seus impactos no capital de giro e atenção na formação dos custos das mercadorias, uma vez que as alíquotas dos produtos enquadrados neste regime sofrem mudanças constantes, bem como a relação de produtos enquadrados.



IRRIGAÇÕES AUTOMATIZADAS DE HORTAS E JARDINS

Jadson Aparecido Martins; Reivaldo Alves Magalhães; José Ideilton Almeida de Queiroz; Rafael Rodrigues Durães; Alex Alexandre da Silva Santos; Sheila Abreu Mourão (orientadora).

INTRODUÇÃO: Automatização é um sistema onde os processos operacionais são controlados por dispositivos mecânicos e/ou eletrônicos, que tem por finalidade substituir o trabalho humano. Estes sistemas podem ser implantados em várias áreas; como hortas e jardins, facilitando a vida de quem os utilizam. Hoje em dia, no mundo em que vivemos, o tempo é uma coisa cada vez mais rara, e as pessoas não conseguem conciliar suas atividades com uma simples irrigação manual de seus jardins ou hortas. **OBJETIVO:** O objetivo deste projeto se baseia na melhoria de um sistema de irrigação automatizada já existente na horta experimental do curso de Engenharia Ambiental das FACULDADES SANTO AGOSTINHO, localizada no Campus JK, com a finalidade do funcionamento total do projeto anterior, fazendo com que ele se torne eficaz, e para uso diário. **MÉTODOS:** A montagem desse sistema de irrigação será feita de forma que possamos reaproveitar materiais já existentes na horta da faculdade, e implementando novos materiais para assim chegarmos ao perfeito funcionamento do projeto. Será utilizado um timer analógico para controle de tempo de acionamento da válvula solenoide, (um suporte de fixação para o mesmo), estacas espalhadas pelo canteiro para a fixação das mangueiras, e o espaço cedido pela faculdade (já existentes); acrescentando uma caixa d'água com capacidade de 1000 litros, uma bomba dimensionada para gerar uma pressão adequada para a irrigação, mangueiras, aspersores conectados as mangueiras da referente horta. **RESULTADOS:** No projeto anterior, o sistema apresentou os seguintes resultados: uma vazão de 127 mL/s, para uma área de 66 m², no atual os resultados só



poderão ser obtidos após a implementação dos novos materiais, onde poderemos mostrar com eficácia os mesmo. O aumento na área da horta em, aproximadamente, 50%, a implantação de um orquidário somada, a diminuição da quantidade de água que chega as torneiras presentes no interior da horta, devido as condições climáticas da época seca do ano, fez-se com que houvesse a necessidade de adaptação de sistema de irrigação, por meio de implantação de uma caixa d' água e de bomba para aumentar a pressão do sistema. Assim, espera-se que após concluídas as referidas adaptações no irrigação da horta obtenha-se sucesso na automação do sistema. **CONCLUSÃO:** Concluimos que esse experimento se torna viável, pois, ele reduz o olhar econômico consideravelmente, tendo como principal razão a redução de custos, tempo, qualidade para com seus jardins e hortas, podendo ser utilizado em espaços de pequeno e médio porte. Desta forma os prejuízos se tornarão lucros devido a economia de gastos constantes para o seu funcionamento.



A TEORIA GERAL DA PROVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Ana Clara Caldeira Batista
Otávio Augusto Neiva de Melo Franco

Com vistas a adequar a sistemática processual à realidade enfrentada nos dias atuais, através da instauração de procedimentos simplificados e em busca de soluções céleres, efetivas, fundadas na teoria constitucionalista do processo, o Senado Federal apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 166/10, um novo Código de Processo Civil. Recentemente, a Câmara dos Deputados proferiu o relatório final do projeto, apresentando as devidas modificações. O presente trabalho objetiva o estudo da teoria geral da prova baseado na análise comparativa das mudanças previstas ao instituto no NCPC. Certo é que a prova possui importância ímpar dentro da relação processual, devendo ser amplamente assegurada a fim de estabelecer uma ordem jurídica justa, na tentativa de alcançar a verdade mais próxima da real. Através da inclusão de aspectos anteriormente previstos na doutrina e jurisprudência, diversas inovações foram trazidas pelo NCPC. Admite-se como prova todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não previstos no diploma processual, capazes de influir na convicção do juiz. Percebe-se que não houve alteração no sistema da valoração das provas, sendo o juiz livre para apreciá-la, desde que seu convencimento seja motivado. No que tange a distribuição dinâmica da prova, em regra, não houve alteração, razão pelo qual o seu ônus incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu, ou à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, fazendo prosperar o princípio da isonomia entre as partes. No entanto, poderá o magistrado atribuir ônus probatório diverso quando observadas as peculiaridades do caso relativas à impossibilidade de cumprir o encargo, ou, a hipótese da existência de prova negativa como também nos casos de convenção entre as



partes. Destaca-se, ainda, a previsão da prova emprestada, que consiste na possibilidade do juiz utilizar-se de outra produzida em processo alheio, aproveitando a atividade desenvolvida anteriormente e atribuindo a sua própria valoração, sem, contudo, violar o princípio do contraditório. Além disso, o NCPC faculta ao juiz a possibilidade de determinar a produção de provas de ofício, independente de requerimento da parte, o que não compromete a imparcialidade do juiz. Por fim, nota-se que o NCPC visa ampliar a dinâmica probatória, a fim de alcançar a tutela jurisdicional pretendida.



A PROTEÇÃO PENAL DO BEM JURÍDICO PENAL AMBIENTAL

Izabela Alves Drumond

A ideia do bem jurídico visto pela ciência penal não pode prescindir uma base empírica nem um vínculo com a realidade que lhe propicia a referida noção. Sem a presença do bem jurídico previsto no preceito punitivo, o próprio Direito Penal, além de resultar materialmente injusto e socialmente intolerável, careceria de sentido como tal ordem do direito. A ideia é que só seria legítima a incriminação de condutas que afetem os bens jurídicos e neste diapasão destacam-se dois problemas; o primeiro diz respeito a definição do que venha a ser bem jurídico e qual é o seu alcance; o segundo diz respeito a fundamentação, qual seja, explicar qual é a origem do bem jurídico, de onde nasceu a expressão. A partir dessa concepção irá ser discutida a evolução histórica do conceito de bem jurídico-penal analisando as concepções de Birnbaum, Feuerbach chegando às teorias de Radbruch e Welzel. Somente tendo como ponto de partida a concepção representada pelas teorias constitucionais pode-se aspirar à individualização dos concretos objetivos da tutela do bem jurídico. Ao fazer um paralelo desde o século XIX, chega-se nos dias atuais e nessa senda, analisará o bem jurídico ambiental e suas relações com a Constituição da república Federativa do Brasil de 1988, no contexto de Estado Democrático e Social e Direito. Após a minuciosa análise, mostrar-se-á a relação entre o bem jurídico e a pena na qual opera uma simbiose entre o valor de um bem e a sua função pena. Há um direito estatal em aplicar penas, entretanto as Constituições tanto da Alemanha como do Brasil são silentes sobre a legitimidade para se aplicar o aludido direito. Surge com isso a ideia de conceituar o delito material, (no qual o tipo penal menciona a conduta do agente e o evento danoso, exigindo-se que este último seja aplicado para o mesmo ser consumado) que perscruta o conteúdo da ação punitiva uma qualidade que possa



exteriorizá-la das demais ações humanas da sociedade. A presente pesquisa será baseada nas seguintes hipóteses: a primeira analisará quais são os bens jurídicos fundamentais, como são selecionados ou escolhidos; feita essa análise, abordar-se-á sobre a possibilidade do legislador declarar uma conduta punível pelo simples fato de não querer que ela seja praticada, ou melhor, analisará se há algum limite ao poder do legislador em incriminar. Tendo por base, a possibilidade de uma tutela penal ambiental, analisa-se que no Brasil, o meio ambiente pode ser um bem jurídico penal, visto que, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece o meio ambiente ecologicamente equilibrado. As leis penais devem estar vinculadas ao indivíduo e por tanto subjetivadas ao destinatário. Para o direito penal, a tutela penal deve ser reservada à lei, partindo-se do princípio da intervenção mínima no Estado Democrático de Direito. A respectiva tutela deverá ser a *ultima ratio*, só após esgotados os mecanismos intimidatórios, tanto civis como administrativos, é que se procurará, na esfera penal, a eficácia punitiva. No Brasil foi a partir da Constituição da República Federativa do Brasil que o bem jurídico passou a ser tutelado. Para a feitura dessa pesquisa, será realizada uma pesquisa bibliográfica que incluirá as seguintes fases, a saber: levantamento bibliográfico, estudo do material escrito, estabelecimento de contrapontos entre o desenvolvimento social e a questão ambiental, bem como a colheita de apontamentos desses dados. Para tanto, será empregado o método comparativo que relacionará pesquisas, teses, dissertações, artigos, revistas, publicações, enfim trabalhos já realizados sobre o assunto que permitam buscar respostas para o problema suscitado nesse trabalho.



A NOVA FAMÍLIA A PARTIR DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Juliana Barros Diniz

Cyntia Mirella C. F. Sales

A família é o primeiro agente socializador do ser humano, é a base da sociedade, e por essa razão, recebe especial proteção do Estado. Sobretudo após o advento do Estado social, ocorreram profundas mudanças de função, natureza, composição e, conseqüentemente, de concepção da família. Apesar das mudanças, pensar em família ainda nos remete a ideia de um homem e uma mulher unidos pelo casamento e sua prole. Mas essa realidade mudou, pois a família não mais se origina apenas do casamento e a função procriacional deixou de ser finalidade precípua. Na atualidade todas as formas de família reconhecidas na legislação levam em conta a afetividade. A tendência é a atualização normativa, com a inclusão das mudanças sociais observadas nos diferentes momentos históricos. A legislação brasileira ainda prevê a diversidade de sexo como requisito essencial para a constituição da família através do casamento ou da união estável. Recentemente, ao julgar a Ação Direita de Inconstitucionalidade 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132, o Supremo Tribunal Federal, identificou como entidade familiar sob a forma de união estável, as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo. A decisão com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, tem sido muito questionada justamente por ignorar a diversidade de sexo na constituição da família, através da união estável, requisito primordial exigido na legislação vigente. Resta então saber se o ordenamento jurídico brasileiro comporta o novo formato de família reconhecido na decisão em referência. Não existe dúvida de que a escolha da opção sexual é um direito fundamental e cada indivíduo deve ser respeitado por sua escolha, mas o presente trabalho tem por objetivo analisar o novo formato de família determinado pelo Supremo Tribunal Federal, em face da legislação vigente, através de pesquisa bibliográfica e



jurisprudencial sobre o tema. Assim, diante da inobservância do requisito primordial imposto, verifica-se a incompatibilidade do novo formato de família com o ordenamento jurídico pátrio.



BREVES REFLEXÕES SOBRE AS CONCLUSÕES DA RIO +20

Kelle Grace Mendes Caldeira e Castro

INTRODUÇÃO: Nos dias 13 a 22 de junho de 2012 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com a participação de representantes de 188 países. O evento buscou reafirmar a necessidade de constantes reflexões sobre a questão ambiental e o compromisso que os Estados devem assumir com o meio ambiente. As discussões analisaram a temática sempre com o foco no desenvolvimento sustentável. Foram analisados os avanços dos vinte anos após a Conferência da Rio 92 e levantadas ações para promover políticas de desenvolvimento sustentável. A palavra da hora é economia verde e os instrumentos para que países e empresas invistam e produzam riquezas utilizando energias limpas. Os debates também giraram em torno da necessidade de se adotarem políticas internacionais mais efetivas no campo do desenvolvimento sustentável. Após tanto esforço, os resultados da Rio+20 podem ser considerados desestimuladores. Os diferentes pontos de vista de representantes de Estados, assumindo uma postura defensiva ao resguardar os seus interesses particulares, fez com que as discussões mais relevantes fossem adiadas para encontros futuros. Relembra-se que a crise em economias consideradas estáveis e o aumento significativo do mercado consumidor em países emergentes, ao conseguirem alcançar o poder de compra de países desenvolvidos, parece ter afastado a variável ambiental, relegada ao campo das idéias. O desafio de promover políticas públicas que adotem como meta o desenvolvimento sustentável é tornar factível a idéia que não há interesse contraposto quando o assunto é meio ambiente e crescimento econômico. Este não será possível sem que aquele seja observado. **OBJETIVOS:** Analisar criticamente os resultados da Rio+20. **MÉTODOS:** Pesquisa bibliográfica e documental,



método dedutivo. **RESULTADO:** A Declaração final elaborada e ratificada pelos representantes presentes contém uma série de promessas insistindo na idéia de implementar os compromissos que já tinham sido estabelecidos em conferências anteriores, mas deixou de lado ações mais rígidas e a adoção de medidas mais enérgicas em desfavor daqueles que não se envolverem neste importante encargo, o que resultou mais uma vez numa carta de intenções. **CONCLUSÃO:** É necessário emergir uma nova consciência de iniciativa da sociedade, exigindo dos governantes ações que estimulem a adoção de medidas protetivas na conservação e recomposição do meio ambiente, encampando mudanças de comportamento através da valorização de todos, pessoas físicas ou jurídicas, que adotem práticas sustentáveis.



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: SOLUÇÃO OU PALIATIVO?

Melissa Mendes de Novais, Otávio Augusto Neiva de Melo Franco.

INTRODUÇÃO: O problema do conflito assumiu uma projeção visceral no direito, na medida em que as teorias sociais se deram conta de que a administração tradicional da justiça pelo Estado apresenta-se insuficiente e inadequada. Concebido como representação limitada de uma extensa carga de questões que envolvem as relações humanas, o conflito passa a ser tematizado e sai do centro o modelo jurisdicional de regência de controvérsias despontando uma pluralidade de núcleos de resolução de conflitos. Nesse contexto, surge o movimento de Resolução Alternativa de Disputas (RAD), que encontra no acordo a estratégia de enfrentamento do conflito rompendo com a lógica de “vencedores” e “perdedores”. O ordenamento jurídico brasileiro também aponta para essa tendência pluralista. Partindo de um Código de Processo Civil como mecanismo oficial de pacificação social, passando pela estruturação da arbitragem pelo ordenamento positivado (Lei 9.307/96) até o momento atual de iminência da aprovação de um Novo Código de Processo Civil (NCPC) é que se vislumbra a evolução do tratamento dispensado aos métodos de solução de controvérsias pelo sistema jurídico pátrio. O NCPC, ainda em deliberação no Congresso Nacional, estabelece os institutos da conciliação e da mediação, ampliando também a comunicação dos atos processuais com o juízo arbitral. O contexto de emergência dos métodos alternativos de solução de controvérsias no Brasil é, entretanto, peculiar. O fundamento de sua existência não foi a incompletude de resposta do aparato estatal, mas a (in)efetividade jurisdicional invocando a redução da carga judicial por meio de uma imposição ou convencimento à



conciliação e mediação. **OBJETIVO:** Analisar a tendência do NCPC no que tangencia a conciliação, mediação e arbitragem, questionando em que medida a institucionalização desses métodos de resolução de controvérsias estaria maculada por seu papel de sucedâneo de questões processuais e de direito material para as quais o aparato estatal tem se mostrado ineficaz. **MÉTODO:** Pesquisa bibliográfica, tendo em vista as alterações sofridas pelo texto original do projeto do NCPC durante seu trâmite legislativo. **RESULTADOS:** O NCPC apresenta uma tendência de fomentar (por vezes impor) uma cultura jurídica voltada para a resolução alternativa de controvérsias, mas o aparelho estatal que pretende encampá-las é o mesmo que se apresenta incapaz de atender integralmente às demandas que lhes são apresentadas. **CONCLUSÃO:** Para que o intercâmbio entre tais métodos e o judiciário se efetive no sentido da busca da pacificação social, aqueles devem desvincular-se desse caráter paliativo deslocando o enfoque judicial para o campo social.



A PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NO ÂMBITO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO PENAL

Raíssa Ismelina Soares de Oliveira, Janaína Silveira Castro
Bickel

A atual legislação penal não é capaz de punir devidamente os maus tratos praticados contra animais. Hoje a pessoa que pratica maus tratos contra animais é punida de acordo com a Lei 9.605 de 1998, cuja pena é de três meses a um ano e multa. Com o novo projeto de Lei, a pessoa que praticar este crime pode ser condenada de um a quatro anos de prisão e multa.

A pena para maus tratos ou abuso ainda poderá ser aumentada de um sexto a um terço caso haja mutilação ou lesão grave permanente no animal. Ainda segundo o projeto de Lei, se por ventura o crime resultar em morte do animal, a pena máxima vai poder chegar a seis anos, pois será aumentada pela metade.

A mesma pena é será válida àqueles que realizam experiências dolorosas ou cruéis em animais vivos, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos para esta prática. Um exemplo, de experiência científica praticada contra animais é a utilização em testes para produção de cosméticos. Questiona-se, porém se essas penas ainda não seriam muito brandas já que animais assim como todo ser vivo merece respeito. É preciso destacar por outro lado que incluir tais crimes no Código Penal constituem um avanço em prol da proteção aos animais. Para tanto, utiliza-se o método bibliográfico de pesquisa. Assim, verificando-se a norma vigente com o projeto de Lei avalia-se o progresso quanto aos meios de punição para o crime de maus tratos contra animais.



ANÁLISE DOS CASOS DA LEISHMANIOSE VISCERAL EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS, BRASIL

Paixão, Adriana Lopes Gomes; Rodrigues, Elvis Henrique Ruas; Viveiros, Luana Leal; Souto, Kathielle Francine Gonzaga; Barbosa, Thiago Luis Gonçalves; Xavier-Gomes, Ludmila Mourão.

INTRODUÇÃO: A Leishmaniose visceral é considerada uma doença espectral, cujas apresentações clínicas variam de formas assintomáticas até o quadro clássico da doença que, no período de estado, é caracterizado pela presença de febre, anemia, hepatoesplenomegalia, manifestações hemorrágicas, além de linfadenomegalia, perda de peso, taquicardia e, menos frequentemente, tosse seca e diarreia. É mais comum em crianças da faixa etária de um a quatro anos de idade. **OBJETIVO:** Descrever as características epidemiológicas dos casos de leishmaniose visceral em Montes Claros, MG, notificados no período de 2007 a 2010. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo ecológico, descritivo, retrospectivo, com abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos no Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação do Departamento de Informática do SUS (SINAN/DATASUS). A análise dos dados foi realizada mediante a estatística descritiva. **RESULTADOS:** Neste período foram registrados 113 casos. O ano de 2008 apresentou maior registro (30%) seguido de 2009 (29%). Dentre as faixas etárias a mais acometida foi de 1 a 4 anos (31%), seguido de 20 a 39 anos (18%). Observou-se maior frequência no sexo masculino (64%). Verificou-se que o critério de confirmação do caso mais utilizado foi por exame laboratorial (97%). Quanto à evolução dos casos foi detectada a cura em 89%, 7% evoluíram para óbito, e 1% abandono do caso. Com relação ao local de ocorrência, a maioria dos casos se deu na zona urbana (90%). **CONCLUSÃO:** Conclui-se a importância de monitorar e diagnosticar os casos de leishmaniose visceral em crianças, para que o tratamento seja feito em tempo ágil evitando complicações, fazendo um diagnóstico precoce.



PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MORTES POR CAUSAS EXTERNAS EM ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS, BRASIL

Daniel Silva Moraes, Laura Rodrigues Vieira, Odilon Fernandes dos Santos, Ludmila Mourão Xavier Gomes

INTRODUÇÃO: A mortalidade por causas externas é hoje um problema de saúde pública enfrentado por muitas cidades. Este fato é consequência do crescimento e desenvolvimento urbano. O objetivo desta pesquisa é analisar o perfil epidemiológico e a evolução de óbitos por causas externas em adolescentes em Montes Claros, Minas Gerais. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e retrospectivo, com dados secundários, de abordagem quantitativa, realizado a partir do Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do SUS. A faixa etária usada na pesquisa foi de 10 a 19 anos. O período estudado compreendeu os anos de 2005 a 2010. **RESULTADOS:** Verificou-se 154 óbitos de adolescentes no período pesquisado. Destes 56,4% correspondem a agressões, 23,4% a acidentes de transporte, outras causas externas de lesões acidentais 9,8%, lesões autoprovocadas voluntariamente compreendem 7,8% e eventos cuja intenção é indeterminada 2,6%. Há predominância de mortes nos adolescentes do sexo masculino e de cor parda nos óbitos por agressão. O perfil epidemiológico também indica maioria masculina em acidentes de transporte. Já em lesões autoprovocadas voluntariamente o sexo feminino é predominante, persistindo ainda a cor parda. O nível de escolaridade foi preenchido como ignorado na maioria das fichas. **CONCLUSÃO:** A predominância masculina nas ocorrências de agressões demonstra maior envolvimento dos homens em fenômenos de violência e criminalidade. As mortes por acidentes de transporte despertam a atenção para a imprudência, irresponsabilidade e descumprimento das leis por jovens que dirigem alcoolizados e/ou sem habilitação. Maior rigor nas leis e medidas contra a violência são indicadas às autoridades responsáveis.



ANÁLISE DOS ÓBITOS NEONATAIS EM FRANCISCO SÁ, MINAS GERAIS, BRASIL

Rodrigues, Elvis Henrique Ruas; Viveiros, Luana Leal; Souto, Kathielle Francine Gonzaga; Paixão, Adriana Lopes Gomes; Xavier-Gomes, Ludmila Mourão

INTRODUÇÃO: A mortalidade neonatal é um indicador de saúde que mensura o risco de uma criança morrer antes de completar um ano de idade e, sobretudo, reflete a qualidade dos serviços de saúde e as condições de vida de uma determinada população. **OBJETIVO:** Analisar o perfil epidemiológico dos óbitos neonatais entre 0 a 27 dias de vida, ocorridos em Francisco Sá no período de 2005 a 2009. **MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa retrospectiva de cunho quantitativo e descritivo cujos dados foram obtidos através do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Departamento de Informática do SUS (SIM/DATASUS). **RESULTADOS:** Neste período foram notificados 23 casos de óbito neonatal de 0 a 27 dias de vida. Os anos de 2007 e 2009 tiveram maior registro de óbitos, sendo 26,08% cada. Dentre as faixas etárias, a mais acometida foi de 0 a 6 dias (73,91%) seguida de 7 a 27 dias (26,08%). Observou-se maior frequência no sexo feminino (56,52%) em que a maioria dos casos de óbitos ocorreram no hospital (91,30%). Dos casos notificados a maioria foi por algumas afecções originárias no período perinatal (73,91%) outros motivos foram de malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas (17,39%). Destaca-se que 56,52% dos óbitos ocorrem por causas evitáveis de acordo com o CID-10, seguido de causas não claramente evitáveis (34,78%). **CONCLUSÃO:** Conclui-se a necessidade de um maior monitoramento e investigação acerca dos óbitos por causas evitáveis a fim de traçar metas para diminuir o índice de mortalidade neonatal por óbitos que poderiam ter sido evitados por meio de uma assistência mais eficaz.



CASOS NOTIFICADOS DA DENGUE EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS, BRASIL

Souto, Kathielle Francine Gonzaga; Viveiros, Luana Leal; Rodrigues, Elvis Henrique Ruas; Paixão, Adriana Lopes Gomes; Barbosa, Thiago Luis Gonçalves; Xavier-Gomes, Ludmila Mourão.

INTRODUÇÃO: A dengue é uma doença transmitida principalmente pela picada do mosquito *Aedes aegypti*. Podendo apresentar-se assintomática ou apresentar amplo espectro clínico, variando de doença febril autolimitada até formas graves, que podem evoluir com choque circulatório e óbito **OBJETIVO:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos de dengue ocorridos em Montes Claros/MG no período de 2007 a 2011. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, com abordagem quantitativa cujos dados foram obtidos através do Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação do Departamento de Informática do SUS (SINAN/DATASUS). Utilizou-se a estatística descritiva para a análise de dados. **RESULTADOS:** Neste período foram notificados 10.184 casos de dengue. O ano de 2010 teve maior proporção de casos (67,15%). Dentre as faixas etárias a mais acometida foi de 20 a 39 anos (45,7%) seguida de 40 a 59 anos (20,9%). Observou-se maior frequência no sexo feminino (55,25%) e quanto ao local de ocorrência destaca-se que a maioria dos acometidos encontra-se na zona urbana (95,17%). O critério de confirmação da dengue mais utilizado foi o clínico epidemiológico (75,2%) e o laboratorial (14,8%) sendo que 9,8% das fichas de notificação apresentaram este campo ignorado ou em branco. Em relação à classificação final 90,1% dos casos foram de Dengue clássica, seguido de Dengue com complicações (0,06%) e de febre hemorrágica da dengue (0,009%). Destaca-se que em 99,9% dos casos notificados o item “campo de complicações” foi deixado em branco ou classificado como ignorado. Observou-se ainda que 89,8% dos casos evoluíram para cura, 0,01% evoluíram

para óbito e em 10,09% dos casos a informação foi ignorada ou deixada em branco. **CONCLUSÃO:** Conclui-se a necessidade do monitoramento e manejo clínico e epidemiológico das dengues, a fim de obter um maior controle, reduzindo a morbimortalidade e os gastos. É importante ainda ressaltar a importância do preenchimento integral das fichas de notificação de forma a permitir que itens de relevância epidemiológica sejam preenchidos para que assim possamos garantir um banco de dados mais fidedigno.



ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES POR DOENÇAS CIRCULATÓRIAS EM MONTES CLAROS- MINAS GERAIS, BRASIL

Viveiros, Luana Leal; Rodrigues, Elvis Henrique Ruas; Paixão, Adriana Lopes Gomes; Souto, Kathielle Francine Gonzaga; Barbosa, Thiago Luis Gonçalves; Xavier-Gomes, Ludmila Mourão.

INTRODUÇÃO: As doenças do aparelho circulatório são a principal causa de mortalidade para todas as idades em nosso país, tornando-se um problema de saúde pública de primeira grandeza. No Brasil, a mortalidade por doenças circulatórias é maior nos homens. Nestes, o risco de morte por doenças isquêmicas do coração (DIC) e doenças cerebrovasculares (DCbV) é semelhante. Nas mulheres, as DCbV matam mais que as DIC. Contudo, nas mulheres das regiões mais desenvolvidas do Brasil, predomina a mortalidade por DIC. **OBJETIVO:** Analisar a epidemiologia das internações hospitalares por doenças do aparelho circulatório ocorridas em Montes Claros no período de 2008 a 2011. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e retrospectivo, com abordagem quantitativa cujos dados foram obtidos por meio do Sistema de Informações Hospitalares (SIH/DATASUS) do Departamento de Informática do SUS, disponibilizados via internet. Os dados coletados foram submetidos à estatística descritiva. **RESULTADOS:** Neste período foram registrados 16.993 casos. O ano de 2009 teve o maior registro de internações (26,07%) seguido de 2010 (25,81%). Dentre as faixas etárias a mais acometida foi de 60 a 69 anos (22,25%) seguido de 50 a 59 anos (19,87%). Observou-se maior frequência no sexo feminino (52,33%). Das internações por doenças do aparelho circulatório 23,70% foram por insuficiência cardíaca, seguido de outras doenças isquêmicas do coração (20,89%). Verificou-se que 6,28% das internações por doenças



cardiovasculares evoluíram para óbito, sendo que 28,08% foram por insuficiência cardíaca, seguido de acidente vascular cerebral não especificado se hemorrágico ou isquêmico (24,53%).

CONCLUSÃO: Conclui-se a necessidade de um maior atenção e monitoramento dessas doenças na atenção primária a fim de reduzir mortalidade e internação hospitalar. É necessário o estabelecimento de maior vinculação entre as unidades da Atenção Primária à Saúde e os pacientes para a prevenção de doenças do aparelho circulatório.



BENEFÍCIOS DA TERAPIA TÓPICA UTILIZANDO A PAPAÍNA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Valéria Dias dos Santos, Adélia Dayane Guimarães Fonseca; Ingrid Gimenes Cassimiro, Jacinta Vieira Mende, Joanilva Ribeiro Lopes, Carla Silvana de Oliveira.

INTRODUÇÃO: A Papaína é uma enzima alcalóide extraída do mamão (*Carica papaya*) que tem ação proteolítica, fato esse que vem justificando sua ampla utilização pela indústria farmacêutica em função de sua ação debridante, antiinflamatória, bactericida e bacteriostática, aceleradora e modeladora do tecido de granulação e dos processos de cicatrização tecidual, reduzindo a formação de quelóides. Também, além de poucos efeitos colaterais, a papaína tem a sua utilização associada aos baixos custos operacionais.

OBJETIVO: O presente estudo tem por objetivo reconhecer e analisar a produção científica acerca da Terapia Tópica de lesões dermo cutâneas utilizando a papaína. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de caráter descritivo elaborada a partir de material já publicado, constituído de artigos disponibilizados nas bases de dados da internet, no período de 01 a 04 de Abril de 2012, tendo como base de dados: LILACS e BDNF, utilizando o descritor Papaína.

DESENVOLVIMENTO: Foram localizados 57 artigos, destes foram selecionados 10 periódicos segundo critérios de inclusão pré estabelecidos. Os artigos selecionados foram publicados no período compreendido entre 2002 a 2011. Constatou-se reduzida produção científica de enfermagem e ausência de estudos com forte evidência do efeito terapêutico da papaína em feridas, sendo necessárias mais pesquisas com desenhos experimentais para a efetiva comprovação de sua eficácia. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mesmo com a constante documentação do uso da papaína, tanto no cenário nacional quanto internacional, são poucos os estudos que o descrevem de forma sistematizada na área de Enfermagem. Além disso, ainda faltam melhores evidências científicas quanto aos efeitos tópicos resultantes do tratamento de lesões. Tais mudanças requerem o trabalho, a responsabilidade e empenho de pesquisadores e profissionais da área da saúde.



REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: UTILIZAÇÃO DA CALAGEM PARA HIGIENIZAÇÃO DE LODO DE ESGOTO

Adriana Aparecida Moreira, Crislaine Ribeiro Costa, Guilherme Henrique Leal Almeida, Sheila Cristina Martins Pereira

INTRODUÇÃO: O uso de técnicas para higienização e disposição ambientalmente correta de lodos de esgoto doméstico é uma prática importante e reconhecida pela Agenda 21. A calagem como processo para a higienização ocorre quando uma quantidade de cal é adicionada suficiente para aumentar o pH para 12, resultando na redução da população de microrganismos, proporcionando um condicionante de solos sem comprometer a saúde humana e ambiental. **OBJETIVO:** Revisão bibliográfica sobre a qualidade higiênica do esgoto tratado pelo método químico (Calagem). **METODOLOGIA:** Foram analisadas metodologias utilizadas por Rocha (2009) na higienização do lodo da ETE de Lages em Aparecida de Goiânia – GO e Passamani *et al.* (2002) na ETE da UFES em Vitória - ES. Rocha (2009) utilizou de cal hidratada e cal virgem, para tratamento do lodo da ETE de Lages. A pesquisa se desenvolveu em três etapas, na primeira definiu-se as concentrações de cal utilizadas, na segunda relacionou a execução da técnica e acondicionamento das amostras, e na terceira consistiu na programação e execução das coletas para análises laboratoriais, utilizando-se para esse estudo parâmetros fixados na Resolução Conama 375/06. Passamani *et al.* (2002) também testou as alternativas de desinfecção do lodo com cal hidratada e cal virgem, adotando os limites da legislação americana (EPA). **RESULTADOS:** Rocha (2009) observou maior eficiência no tratamento feito com cal virgem quanto à elevação do pH e temperatura, comparados com o mesmo realizado com cal hidratada. Os limites fixados para coliformes termotolerantes e ovos viáveis de helmintos foram atendidos de imediato pelo tratamento com cal virgem, e entre 15 a 90 dias para



tratamento com cal hidratada. Passamani *et al.* (2002) verificou que para a cal hidratada, a dosagem de 50% do peso seco seria a ideal e para a cal virgem 20%. Utilizando doses acima de 50% de peso seco de cal hidratada obteve redução de 100% dos coliformes termolerantes, para uso da cal virgem, obteve esse mesmo resultado em todas as dosagens de cal; quanto aos ovos viáveis de helmintos, a calagem se mostrou eficiente eliminando-os em todas as concentrações testadas, tanto para cal hidratada e cal virgem. **CONCLUSÃO:** A técnica de higienização do lodo de esgoto por calagem pode ser usada beneficemente, condicionando o solo, desde que os parâmetros do lodo tratado estejam em conformidade com as legislações vigentes.



CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO CÓRREGO PAI JOÃO PÓS PERÍODO DE INTENSA SECA

ROCHA Artenise, VIEIRA Geraldo Alves, LUZ Ramon Mendes, SILVA Tarcisio Pereira, VIEIRA Thalysson Alves, BRAGA, Mônica Durães

INTRODUÇÃO: Os recursos hídricos sofrem constantemente com os impactos gerados pela ocupação humana, seja em área urbana ou rural. Isto traz graves consequências sobre a qualidade e quantidade da água disponível nestas áreas. **OBJETIVO:** Diante disto, o objetivo deste trabalho foi caracterizar o Córrego Pai João, Montes Claros/MG, quanto á sua extensão e seu estado de preservação. **METODOLOGIA:** Para tanto, foram realizadas; marcação dos pontos, medição da extensão do Córrego, fotografia do Córrego, visitas ao curso hídrico em questão. Em campo foram caracterizadas os aspectos ambientais de preservação segundo Gomes *et al.* (2005). Este procedimento foi realizado em 10 pontos previamente definidos. Todos os pontos foram georreferenciados. **RESULTADOS:** Com o georreferenciamento dos pontos amostrais foi possível verificar que o Rio Pai João possui 5,2 km de extensão. Com a caracterização ambiental, verificou-se que o rio ao passar em Montes Claros encontrava-se em estado de poluição contendo materiais flutuantes, despejos de efluentes domésticos no rio, animais mortos, uso por animais e por humanos. **CONCLUSÃO:** A microbacia do Córrego Pai João encontra-se em estado de poluição em certos trechos do rio, principalmente em área urbana. Em área rural o Córrego se encontra em estado visivelmente limpo.



CARACTERIZAÇÃO DO CURSO HÍDRICO MÃE D'ÁGUA, OLHOS D'ÁGUA/MG

Bruno Lima; Eduardo Rodrigues; Icássia Garcia; Lilian Maria; Maria Chaves; Rúbia Kariny; Warlen Lopes; BRAGA, Mônica Durães

INTRODUÇÃO: O recurso hídrico vem sofrendo grandes impactos gerados pelo homem, tanto em área urbana quanto em área rural, trazendo assim grandes consequências sobre a qualidade e quantidade da água existente nestas áreas. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é caracterizar o rio Mãe d'água localizado em Olhos D'água – MG quanto a sua extensão e o seu estado de preservação. **METODOLOGIA:** Para tanto, foram realizadas duas visitas ao curso hídrico em questão. Em campo foram caracterizados os aspectos ambientais de preservação segundo Gomes Etal(2005). Este procedimento foi realizado em (12)doze pontos previamente definidos. Todos os pontos foram georreferenciados. **RESULTADOS:** Com a caracterização ambiental verificou-se que no 1º, situado em área rural a nascente, está em bom estado de conservação com área fechada e mata ciliar preservada. No 4º ponto, no começo da área urbana encontra-se próximo ao curso hídrico um poço artesiano, que distribui água para certa parte da população urbana, sendo essa água sem tratamento prévio. No 7º ponto, também em área urbana foi verificado lançamento de efluente no curso hídrico, sendo que próximo deste local, a mais ou menos 10 m deste local existe em poço artesiano que abastece outra certa parte da população urbana e novamente a água sem tratamento prévio nenhum. Nos pontos não citados a mata ciliar do rio, está totalmente destruída, por formação de pastagem. Com a caracterização ambiental, verifica-se que em 12 pontos coletados a turbidez sofreu elevações. Nos outros 11 pontos constataram que a água está totalmente clara e em alguns pontos há presença de lixo dentro e nas margens do curso d'água, com presença predominante de animais.



CONCLUSÃO: Verifica-se que a nascente se encontra preservada, mas na maioria do percurso do curso hídrico está totalmente desmatado. Observa-se também a criação de animais, além do lançamento de efluente no curso d'água sem nenhum tratamento. A área está precisando rapidamente de recuperação da mata ciliar e inter rompimento de lançamentos de efluentes em seu curso d'água para estabelecer a sua preservação ambiental.



ANÁLISE QUANTITATIVA DO CÓRREGO DAS LAJES EM MIRALTA - MONTES CLAROS/MG

Costa, Crislaine Ribeiro; Moreira, Adriana Aparecida; Costa, Elder Dionízio Rodrigues; Braga, Mônica Durães

INTRODUÇÃO: A água é a essência de toda a vida que há no planeta, sem ela não poderíamos conceber como são: a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. Assim, a grandeza e o volume de água dos rios impregnaram a nossa cultura com a ideia da abundância de água. No entanto, a qualidade e a quantidade da água doce e até mesmo da salina estão muito ameaçadas, visto que os impactos sobre estes recursos vêm se tornando crescente e alarmante. **OBJETIVO:** Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi realizar estudo do córrego das Lajes em Miralta, distrito de Montes Claros/MG, em especial quanto à sua vazão no período seco e chuvoso. **METODOLOGIA:** Utilizou-se para o cálculo de vazão o método do material flutuante. As vazões foram calculadas em pontos distintos e pré-definidos ao longo do curso hídrico. A análise em período seco foi realizada em setembro de 2012. No período chuvoso, foram utilizados os dados obtidos por Moreira *et al.* (2012) em análise realizada em abril de 2012. **RESULTADOS:** No período de seca foi encontrada vazão média foi de 0,0127 m³/s. Moreira *et al.* (2012), em seu trabalho realizado período de chuva, encontrou vazão média foi igual a 0,066 m³/s. Após a barragem foi verificado que o córrego não apresenta volume algum escoado no período de seca, situação que se estende até a foz do mesmo. Esta situação em alguns pontos também foi constatada por Moreira *et al.* (2012), porém tal situação só foi verificada nos pontos após a barragem. Neste trabalho, a situação é ainda pior, pois, o rio se encontra seco a aproximadamente 1500 metros após a nascente, voltando a ter água apenas na barragem existente no local, e após a mesma, volta a secar novamente. **CONCLUSÃO:** A grande estiagem ocorrida no Norte de Minas no ano de 2012 pode ter contribuído para a drástica diminuição da vazão no córrego das Lajes em Miralta (Montes Claros/MG). Entretanto, o uso inadequado do mesmo pela população local, a ausência de vegetação e a ausência de cercamento ao redor da nascente, a presença de animais e consequente compactação das áreas às margens do Corrego, também foram fatores determinantes para tal situação.



APLICAÇÃO DO SENSORIAMENTO REMOTO PARA ESTIMAR A PERDA DE SOLOS POR EROSÃO LAMINAR

Abreu, Luiz Henrique Gomes; Lima, Felipe Aquino; NERY, César Vinícius Mendes

INTRODUÇÃO: Hoje em dia há uma frequente preocupação com a atual situação do meio ambiente mundial, o que resulta em diversas pesquisas com o intuito de minimizar os impactos gerados pelo homem. Uma das preocupações é o desflorestamento de mata ciliar, que tem como principal impacto, o assoreamento dos rios. O principal fator para ocorrência do assoreamento é a erosão hídrica conhecida como erosão laminar, sendo ela, a remoção uniforme de uma fina camada de solo através da chuva. Em estágio crítico esta erosão resulta na formação de sulcos ou voçorocas. Com o avanço tecnológico de estudos espaciais, os satélites permitem a extração de dados que auxiliam no desenvolvimento de técnicas que monitoram o uso de um dos recursos naturais mais importantes, o solo. **OBJETIVO:** O objetivo deste proposto trabalho é analisar estudos bibliográficos que comparam a perda dessa fina camada de solo através do Sensoriamento Remoto em um Sistema de Informações Geográficas (SIG). **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para realizar este estudo baseou-se em referências científicas, no qual versavam questões referentes ao tema de estudo. **RESULTADOS:** Os resultados permitiram inferir que a utilização da ferramenta SIG é uma importante conexão entre os valores obtidos pela perda de solo e os produtos cartográficos para analisar, avaliar e monitorar a sustentabilidade ambiental. Isto porque, o cálculo de perda laminar de solo foi baseado na Equação Universal de Perda de Solo (EUPS), onde nesta faz-se necessário utilizar parâmetros que podem ser obtidos por Sensoriamento Remoto, que posteriormente serão processados em ambiente SIG. Todavia, observou-se que existe a necessidade de um trabalho a campo para que haja uma precisão maior na quantificação de perda



laminar do solo, sendo que esta quantidade mensurada pode auxiliar na tomada de decisão. Neste sentido os dados de Sensoriamento Remoto convêm para análises em áreas de grandes escalas. **CONCLUSÃO:** Os estudos permitem concluir que o SIG é muito importante para uma análise de perda de solo em áreas de escala regional, mas sugere-se um trabalho a campo para que haja maior precisão nesta estimativa de perda, pois este impacto nos recursos hídricos, que na maioria das vezes ocorre de forma antrópica, poderá minimizar com os estudos mais específicos.



CONSTRUÇÃO DE AQUECEDOR SOLAR USANDO MATERIAIS RECICLADOS

Pedro Henrique Oliveira Andrade, Jaime Lopes Ribeiro, Kleber Oliveira Fernandes.

Introdução: O modelo energético mundial, é baseado no consumo de combustíveis fósseis, ou seja, petróleo, gás natural e carvão. O principal problema deste modelo, é que os recursos não são renováveis, além de ocasionarem muitos danos ao meio ambiente, como a poluição atmosférica, causadora do efeito estufa. A dependência de consumo de combustíveis fósseis para a produção de energia certamente afeta a vida na terra e compromete a qualidade ambiental, e continuará sendo desse jeito. Sendo assim, é necessário que o trabalho científico e tecnológico do mundo atual sejam dirigidos para produzir outros tipos de energia (que sejam menos poluidoras e que causem menos impactos ambientais, diferente do petróleo), as chamadas energias alternativas.

Objetivo: Construir um aquecedor solar de água a partir de materiais reciclados que consiga aquecer água para uso de uma residência doméstica. **Métodos:** A partir de uma tecnologia desenvolvida por pesquisadores brasileiros, é possível construir um sistema capaz de captar energia solar com fim de aquecer a água que é usada em residências. Os coletores térmicos solares foram desenvolvidos a partir de materiais reciclados, e interligados a equipamentos hidráulicos, como tubulações e reservatório. Para se obter êxito no experimento foi levado em conta a incidência de luz solar sobre o sistema. **Resultados:** A partir do experimento pode-se observar tamanha a eficiência do sistema, uma vez que cumpriu todos os objetivos propostos.

Conclusão: Observou-se que o experimento é capaz de atender em escala doméstica a demanda de água aquecida de uma residência.





FACULDADES
SANTO AGOSTINHO

